

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Procuredorla Juridica Administrativa PROJU-ADM
Deciaro para entender se que dispõe e artigo 61
paragrafo única da Lei nº 8648/03 que e resumo
de contrato nº \_\_\_\_\_firmado entre e Nunicipio e
foi publicado na
Informa oficial: [DEM44.1.23 [DA PROJU ADM

CONTRATO N.º 029/2018.

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS E, DO OUTRO, FUNDACEM - FUNDAÇAO CÉSAR MONTES.

O MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ N.º 13.646.005/0001-38, com sede na Praça Graciliano de Freitas, s/n, Alagoinhas - BA, neste ato representado pela Controladora Geral do Município, a Sra. LEILA CARLA VILA FLOR SOUZA GABRIEL, inscrita no CPF sob nº. 013.149.245-40, portadora do RG nº. 10006926 93 SSP/BA, residente e domiciliada na Rua Paulo Freire, nº. 442, Conjunto Novo Horizonte, Mangalô, Alagoinhas - Bahia, doravante denominado CONTRATANTE e a FUNDACEM - FUNDAÇAO CÉSAR MONTES, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.150.141/0001-77, com sede à 2 Trav. Gersino Coelho, nº.10, 1º Andar, 101, Sala 01, Matatu, Salvador - Bahia, neste ato representada por seu presidente, o Sr. JOSÉ CÉSAR MONTES, brasileiro, solte ro, economista, portador do RG nº. 00443968 64 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº. 018.598.205-06, doravante denominada CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato, segundo as condições nas cláusulas seguintes:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. – O presente contrato é celebrado com base na **Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2018**, fulcrada nos art. 25, inciso II c/c art. 13, VI da Lei 8.666/93, conforme **Processo Administrativo nº. 562/2018**.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. — Constitui o objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, ATRAVÉS DO CURSO AVANÇADO EM CONTROLADORIA INTERNA PARA PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS, QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO ENTRE 24/02/2018 A 17/06/2018.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:
- a) atender prontamente às solicitações do CONTRATANTE;
- executar com perfeição o objeto do Contrato, garantindo, portanto, serviços de primeira qualidade;
- c) credenciar um ou mais prepostos para acompanhar, junto ao CONTRATANTE, a tramitação das suas faturas.
- d) responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATANTE;
- e) não delegar ou transferir a execução do contrato a terceiros, sem prévia anuência da Administração;
- f) comunicar ao **CONTRATANTE** quando verificar condições inadequadas para a realização dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução;
- g) emitir, após o término do curso, os respectivos certificados de conclusão em favor de todos os participantes, que efetivamente cumprirem a carga horária e pontuação mínima exigida no conteúdo programático.

# CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 4.1. - O CONTRATANTE se obriga a:

a) dar ciência a CONTRATADA de qualquer modificação a ser feita no Contrato, com a antecadência mínima de 30 (trinta) dias;



- b) designar prepostos para fiscalizar a execução deste Contrato;
- c) efetuar nos prazos indicados, os pagamentos devidos a CONTRATADA;
- d) verificar e aceitar as faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas e incorretas, ficando, nestes casos, o prazo suspenso, que somente voltará a fluir após a apresentação da novas faturas corretas;
- e) notificar por escrito, a CONTRATADA, quando da aplicação de multas previstas neste Contrato;
- f) declarar os serviços efetivamente prestados.

# CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. – O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de rescisão, obrigar-se-á o CONTRATANTE, apenas, ao pagamento dos serviços prestados.

## CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. – O valor global deste Contrato é da ordem de R\$23.760,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais).

## CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO

8.1. – Os pagamentos serão efetuados em três parcelas iguais, mediante a apresentação da (s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), em até 30 (trinta) dias, após a entrega da(s) mesma(s), devidamente aceita(s) e aprovada(s) pela unidade competente, através de ordem bancária creditada em favor da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO -- Havendo erro nas faturas ou descumprimento das condições do ajuste, no todo ou em parte, a tramitação das mesmas será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à devida correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de representação das faturas após regularizada a situação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONTRATANTE poderá sustar no todo ou parte, os pagamentos devidos sempre que ocorrer irregularidades na prestação dos serviços ou nas faturas apresentadas.

# CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. — As despesas decorrentes da Contratação do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos alocados no orçamento:

SECRETARIA	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
COGER - 030909	2.011	3.3.90.39	000

### CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

10.1. – A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato ficarão a cargo da Controladoria Geral do Município, sem excluir ou reduzir a responsabilidade da **CONTRATADA** na forma das disposições estabelecidas na Seção IV, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

PARÁGRAFO ÚNICO — O CONTRATANTE, através da sua fiscalização, rejeitará no todo ou parte os serviços executados em desacordo com o previsto neste Contrato.



# CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1. Este Contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, sem que assista a CONTRATADA direito a qualquer indenização, nas seguintes hipóteses:
- a) inadimplemento pela CONTRATADA de quaisquer das CLÁUSULAS e condições aqui estabelecidas;
- b) superveniência de incapacidade financeira da CONTRATADA devidamente comprovada;
- c) falência, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata da CONTRATADA, requeridas ou decretadas;
- d) cessão total ou parcial deste Contrato e dos créditos dele decorrentes, sem prévia e escrita autorização do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Rescindido o Contrato, por quaisquer destes motivos, a CONTRATADA terá direito, apenas, ao pagamento, dos serviços efetivamente prestados e aceitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ficará o presente Contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo das sanções cabíveis nos casos enumerados nos arts. 78 e 80 da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA COBRANÇA JUDICIAL

13.1. – As obrigações e importâncias devidas pela CONTRATADA ou CONTRATANTE serão cobradas através de processo de execução, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção, sempre que possível.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

14.1. – De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste Contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) ao dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço ou entrega não realizado. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, será observado o percentual de 0,43% (zero virgula quarenta e três por cento) ao dia até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo das sanções previstas no Parágrafo Único desta Cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO — A adjudicatária CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei 8.666/93, em sua atual redação, apurado em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucional:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato quando o contratado, sem justa causa, deixar de cumprir o prazo estabelecido na sua proposta, conforme estabelecido na CLÁUSULA 14.1;
- c) Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por violação de qualquer dispositivo contratual, dobrável em caso de reincidência;
- d) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Alagoinhas, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.



14.2. – A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será de competências do Prefeito Municipal de Alagoinhas, as demais penalidades serão de competência do(s) Secretário(s) da(s) Secretaria(s) solicitante(s), no caso em apreço a Controladoria Geral do Município.

PARÁGRAFO SEXTO - Na interpretação das disposições deste Contrato e integração das omissões, desde que compatíveis com os preceitos de Direito Público, aplicar-se-á, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

16.1. – Fica eleito o Foro da cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia, para solução de questões relativas a este Contrato, com expressa renúncia das partes a qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Alagoinhas, 20 de fevereiro de 2018.

LEILA CARLA VILA FLOR SOUZA GABRIEL **CONTROLADORA** CONTRATANTE

FUNDACÉM - FUNDAÇÃO CESAR MONTES

Authern Wenty

Rep. p/ José César Montes CONTRATADA

TESTEMUNHA 2: Shower

CPF: 816.875.915-04







## N° 002/2018 RESULTADO

## AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO No. 002/2018

A Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos interessados que constatada a preclusão do prazo sem interposição de recurso, o resultado da empresa vencedora na fase de precos da licitação supracitada. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS PRAÇAS LOCALIZADAS NA COMUNIDADE DO BURI E BAIRRO DOIS DE JULHO - PRACA DA BRASILINHA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS/BA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PRECO UNITÁRIO, EMPRESA: VIEIRA SANTOS EMPREENDIMENTOS LTDA - ME. VALOR: R\$ 91.066,02 (Noventa e um mil, sessenta e seis reais e dois centavos). Maiores informações pelo tel. (0xx75) 3422-8607. Alagoinhas, 23/02/2018. Robério Neves de Souza - Presidente da COPEL.

### **TERMO ADITIVO**

### 1° AD.CONT.N° 017/2017

#### ATO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº. 001-2018 - SEFAZ - Contratante: O Município de Alagoinhas - Representante Legal: Daniel Ivo Neri Grave (Secretario) - Contratada: Gradus Assessoria e Consultoria Contábil Sociedade Simples -Fundamento Legal: art. 57, Íl da Lei 8.666/93 – prorrogar o prazo de vigência do contrato nº. 017/2017 - Data de Assinatura: 01/02/2018.

### **CONTRATOS**

#### N° 014/2018 RET.

### ATO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Contrato nº. 014/2018, publicado no D.O.E.M de 08/02/2018, Ed. 1.978, Pág. 63, Onde se lê: Data de Assinatura: 02/01/2018; Leia-se: Data de Assinatura: 05/02/2018.

## N°029/2018

## **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 029/2018 – Contratante: Município de Alagoinhas – Jean Ander Martins Santos Silva (Secretário), C.N.P.J. n.º 13.646.005/0001-38 – Contratada: FUNDACEM – Fundação César Montes – CNPJ nº. 06.150.141/0001-77 - Procedimento Licitatório: Inexigibilidade de Licitação nº. 005/2018 – Objeto: contratação de empresa para prestar capacitação dos servidores do município de Alagoinhas, através do curso avançado em Controladoria Interna para prefeituras e câmaras municípais, que acontecerá no período entre 24/02/2018 a 17/06/2018- Valor: R\$23.760,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais) - Data de Assinatura: 20/02/2018.

### PREGÃO ELETRÔNICO

### N°050/2017 RESULTADO

### AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO No. 050/2017

A Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio do Município de Alagoinhas-BA torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO da empresa vencedora referente à licitação supracitada. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O HOSPITAL MATERNIDADE DR. JOÃO CARLOS MEIRELES PAULILO - PROPOSTA Nº 11325.698000/1160-04 - MINISTÉRIO DA SAUDE. EMPRESA: GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA - EPP. LOTE 01 VALOR: R\$ 10.497,00 (dez mil, quatrocentos e noventa e sete reais). EMPRESA: HOSPITRONICA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP. LOTE 03 VALOR: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) EMPRESA: FANEN LTDA. LOTE 04 VALOR: R\$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais) LOTE 05 VALOR: R\$ 9.130,00 (nove mil, cento e trinta reais). EMPRESA: AGLAMED-MATERIAL MEDICO HOSPITALAR - EPP. LOTE 07

VALOR: R\$ 3.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais). LOTE 02: FRACASSADO LOTE 06:FRACASSADO. Maiores informações pelo tel. (0xx75) 3422-8607. Alagoinhas/BA, 23/02/2018. Lorena Maria Dantas Prado Pregoeira Municipal.

#### http://doem.org.br/ba/alagoinhas